



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 113/114

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 113

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Ofícios 04

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Péricles de Mello 07

Dep. Luiz Claudio Romanelli 10

Dep. Antonio Belinati 13

Dep. Elio Rusch 14

Dep. Marcelo Rangel 19

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 08

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 11

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 17

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

3ª Discussão 20

2ª Discussão 20

1ª Discussão 21

Requerimentos 22

Encerramento da Sessão 23

DIÁRIO Nº 114

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....24

Presenças.....24

Abertura da Sessão24

Expediente:

Requerimentos25

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final25

2ª Discussão26

Encerramento da Sessão27

Publicações:

Ata de Comissão

Direitos Humanos e Cidadania ..27

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 113

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Ofícios	04
Indicações	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei.....	05
Pequeno Expediente:	
Dep. Péricles de Mello	07
Dep. Luiz Claudio Romanelli.....	10
Dep. Antonio Belinati.....	13
Dep. Elio Rusch.....	14
Dep. Marcelo Rangel.....	19
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch.....	15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	08
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Claudio Romanelli ...	11
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	14
Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch	17
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Marcelo Rangel	19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	20
Discussão/Votação	
3ª Discussão	20
2ª Discussão	20
1ª Discussão	21
Requerimentos.....	22

Encerramento da Sessão 23

DIÁRIO Nº 113

103ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **17 DE SETEMBRO DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Carlos Simões, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri (25).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fábio Camargo, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (17).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Ney Leprevost, Plauto Miró, Ribas Carli Filho e Teruo Kato (05).

Em licença as Sras. Deputadas Beti Pavin e Rosane Ferreira e os Srs. Deputados Dr. Batista, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri e Reni Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 316/08, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 17/09/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente da Sessão Plenária do dia 16 de setembro, devido a compromissos assumidos anteriormente na região dos Campos Gerais.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) MARCELO RANGEL

Indicações

INDICAÇÃO Nº 218/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião a elaboração de um decreto de isenção de ICMS sobre a energia elétrica utilizada pelos piscicultores em todo o estado do Paraná.

Senhor Governador:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se

propor ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião a elaboração de um decreto de isenção de ICMS sobre a energia elétrica utilizada pelos piscicultores em todo o estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações da Associação dos Piscicultores de Nova Aurora, em meados do ano de 2006, a COPEL começou a cobrar ICMS na fatura da energia elétrica, incidindo nas propriedades rurais que tinham predominantemente o consumo na atividade piscícola.

A cobrança de ICMS sobre energia rural só ocorreu na piscicultura, não acontecendo com outras atividades como avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, que reconhecemos, são cadeias produtivas bem organizadas, consolidadas e que recebem apoio estatal. Diferente da cadeia produtiva da piscicultura, que se encontra em formação, buscando espaço para sobreviver entre tantos obstáculos.

A COPEL quando questionada a respeito de tal cobrança se limitou a informar que fato ocorreu por determinação da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não cabendo àquela estatal outro procedimento, que não de acatar a orientação.

Não bastasse toda a adversidade, em janeiro de 2007, os piscicultores da região oeste, receberam um ofício da COPEL, onde foi informado que atendendo determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, iria efetuar a reclassificação das unidades consumidoras onde a utilização de energia elétrica fosse predominantemente para a atividade de piscicultura, e desde março deste ano, além de pagar a energia com incidência de ICMS, os piscicultores passaram a pagar com a classificação de urbano comercial, incluindo até taxa de iluminação pública, ou seja, um total absurdo!

Essa medida culminou uma majoração da energia em aproximadamente 100% que somados aos 27% de ICMS elevou o custo a partir de 2006 em mais de 140%, pois a incidência do ICMS passou a ser calculado sobre o valor majorado decorrente da classificação como comercial.

Os piscicultores já tentaram reverter essa situação, mas até esta data não obtiveram o resultado esperado, pois sempre esbarraram no famoso quadro de empurrar a responsabilidade.

A piscicultura é tratada como algo estranho à atividade rural pela SEFA e pela ANEEL.

A SEFA entende a atividade como comercial, assim sendo passível de cobrança de ICMS, diferentemente de outras atividades rurais supracitadas, já que sobre estas não incide ICMS na fatura de energia.

A ANEEL, por fazer uma interpretação etimológica da palavra Agropecuária (Agro - agricultura; Pecuária - criação de animais de 04 (quatro) patas, não considera a piscicultura como uma atividade rural.

Ora, com base nesse entendimento absurdo, é de se supor que a avicultura, por exemplo, também não poderia ser considerada como atividade Agropecuária, pois os frangos só têm dois pés.

A falta de conhecimento prático de determinados órgãos está dificultando ou até mesmo inviabilizando o crescimento e consolidação dessa atividade promissora.

Isso sem mencionar que a piscicultura é desenvolvida em sua maioria absoluta por agricultores familiares que nela encontram uma forma de diversificar a produção, manter suas famílias no campo e de melhorar consequentemente a sua qualidade de vida com reflexos positivos em toda a sociedade e ao estado do Paraná.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente indicação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de setembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 09 e 10 de setembro do corrente ano, em face de compromissos parlamentares agendados em sua região de atuação.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2448

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, informa à Mesa Executiva Diretora dos trabalhos legislativos que estará nesta data, em viagem ao noroeste do Paraná, acompanhando a Secretaria de Obras deste estado, na entrega e fiscalização de ordem de serviços a serem realizados na região pela qual REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja-lhe justificada a ausência da presente Sessão Legislativa Ordinária - e, caso ocorra Sessão Extraordinária na presente data, também desta Sessão.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação

do duto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Amadeu Maggione, ocorrido nesta data na cidade de Planaltina do Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos, principalmente aos seus filhos Atílio e Renata, esposa Marta e aos irmãos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, solicitando a execução de obras de recapeamento asfáltico na avenida Santos Dumont (rodovia de acesso ao aeroporto Gastão de Mesquita Filho).

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Antonio Marques da Silva, na Câmara Municipal de Cianorte, Paraná.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O estado de conservação da referida via é precário, tendo agravado pelas fortes e contínuas chuvas que caíram na região nas semanas anteriores. Assim é de vital importância para o município de Cianorte e região a recuperação da avenida Santos Dumont, já que é uma importante via de acesso ao aeroporto Gastão de Mesquita Filho.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 389/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os nomes afetos aos cargos, empregos, funções e outras designações que recebam os encargos públicos da Administração Pública, Civil e Militar, no âmbito estadual e as autarquias, haverão de atender os princípios da linguagem inclusiva.

Parágrafo Único. Deverá ser observada à flexão do gênero em consonância com o sexo do(a) candidato(a) ou do(a) ocupante de cargos eletivos, bem como para aqueles nomes ou designações previstos no *caput* deste artigo e, ainda, para os ocupantes de patentes, postos e graduações, dos Militares e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 2º Os gêneros masculino e feminino serão explicitamente referidos, quando se mencionar cargo, posto, patente ou graduação, de acordo com as normas inerentes às flexões e concordância gramatical.

Art. 3º Os órgãos da Administração Pública e dos três Poderes deste estado têm permissão para readaptar o uso da nomenclatura dos cargos ínsitos às normas que regulamentam suas carreiras, tabelas, quadro de pessoal e outras denominações que recebam, nos termos desta lei. Da mesma forma, poderão fazê-lo para confecção de editais para concurso públicos, de cédulas eleitorais e de outras formas utilizadas para seleção pública ou processo eleitoral.

Art. 4º Os princípios vetores que respaldarão o cumprimento integral da presente lei serão de observância obrigatória, geral ou individual de cargos ou assemelhados, observados concordâncias e pronomes, não se permitindo que um gênero predomine sobre outro, alegando costume ou norma gramatical e, nos casos de pluralização, deverão ser usados os dois gêneros.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Em respeito à solicitação externada pelo douto escritor ensaísta, filósofo, professor, magistrado, Dr. Albino de Brito Freire, membro atuante da Academia Paranaense de Letras, conforme artigo: “A Consulesa ou o Cônsul? A poetisa ou a Poeta?”, cumpre-me a árdua missão de elaborar o presente projeto de lei, objetivando a normatização da nomenclatura afeta aos nomes dos cargos, empregos e de funções ou de quaisquer outras denominações de servidores que percebem seus vencimentos/proventos do erário, no âmbito estadual, para que efetivamente seja acolhido o sexo da respectiva pessoa que o exerça, bem como candidato(a) ou ocupante de cargos eletivos, patentes, posto e graduações, fazendo com que adjetivos e expressões pronominais relativas ao nome a ele se façam seguir, quando gramaticalmente variáveis.

Fundamentando sua pretensão, o douto Magistrado esmera-se em trasladar um breve excerto de Napoleão Mendes de Almeida, um dos maiores gramáticos brasileiros, o qual hei por bem rubricar:

“Não devemos aceitar Embaixador, Cônsul, Vereador, Deputado, Prefeito, Ministro e outros que tais nomes como uniforme. Quando mulher desempenha tais funções, a forma feminina se impõe: Embaixatriz, Consulesa, Vereadora, Deputada Prefeita, Ministra, engenheira, cirurgiã... Se a língua portuguesa costuma chamar de Embaixatriz quem na realidade não é apenas mulher do Embaixador, como não aceitar a forma feminina para designar a mulher que realmente exerce uma embaixatura, um consulado, uma Prefeitura, uma deputação, uma

vereeção? Não aceitar a forma feminina é dizer que a língua não possui flexão genérica, uma vez que é impossível afirmar que os que exercem tais atividades não possuem sexo... É também fato que existe Lei Federal (2749 de 02/02/56) que tem por fim dar um paradeiro à real esquisitice de formas masculinas para cargos ocupados por mulheres: Chefe, Chefa; contínuo, contínua; porteiro, porteira... Que leis não houvesse, o bom senso se impõe diante dos fatos de nossa gramática; não se estranhe consulesa, como de estranheza não devem ser os femininos Deputada, Prefeita, Vereadora, Coronela, Generala, Juíza, Ministra e outros.”

A Constituição Federal, em seu artigo 3º, inciso IV, determina a vedação de toda e qualquer espécie de discriminação; portanto, inexistente razão para a permanência hodierna de tratamentos diferenciados na linguagem utilizada na Administração Pública, dela excluindo o gênero feminino nas designações de cargos, empregos ou funções ocupadas. Impõe-se a alteração de um hábito utilizado há longa data e nunca debatido (visto que o ingresso a tais cargos era uma prerrogativa essencialmente masculina), especialmente no que refere aos editos publicados para realização de concursos públicos ou para cargos eletivos, que sempre se referem às vagas (a serem) preenchidas, no gênero masculino. Por tal razão, a realidade atua propícia que seja regulamentado o uso do gênero feminino na linguagem, não apenas em todos os cargos, civis ou militares, da Administração Pública, eletivos, mas também nos casos de pluralização.

Insta salientar que, inobstante o relevo e a extensão do trabalho realizado em prol da reforma ortográfica, que ensejou o reconhecimento, em âmbito internacional, o idioma português como língua oficial da ONU, aquele não tratou da presente matéria, o que, entretanto, não impede que sejam amplamente analisadas e estudadas todas as formas que possam proporcionar a evolução na linguagem, com conseqüente repercussão no ensino, no sentido de oferecer-lhe total aprimoramento, atualização e adequação aos novos tempos, em consonância, especialmente, com os ditames constitucionais (caráter não discriminatório).

Finalmente, há que se enfatizar que tramita atualmente junto ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 00306/05 de 31/08/05, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que trata exatamente desta matéria, ou seja, determina o uso da linguagem inclusiva para cargos na Administração Pública brasileira, o qual está pronto para a pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde 27/11/07, ou seja, em plena tramitação (proposição em anexo)

No acréscimo sob essa rubrica, releva tecer breve comentário acerca da competência legislativa concorrente - união e estado - em legislar sobre a educação e o ensino (artigo 24, IX da Constituição Federal e artigo 13 da Constituição Estadual), cumprindo àquela o dever de ditar as normas gerais, já estabelecidas, de modo genérico, na forma legal supramencionada (Lei Federal 2749

de 02/04/56). Cumpre noticiar que o objeto desse projeto de lei guarda total similitude com aquele atualmente em trâmite no Senado Federal. Portanto, sendo aprovado naquela Casa Legislativa - e certamente será - este diploma estadual permanecerá em plena vigência, pois as previsões legais constantes em ambos os projetos se revelam insofismavelmente compatíveis, pelo que lhes peço a respectiva aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Pequeno Expediente, e se necessário o horário da Liderança do PT, para ler um manifesto de apoio e solidariedade ao Governo de Evo Morales e ao povo boliviano.

Este manifesto foi elaborado por várias entidades, com a participação dos mandatos de Deputado Federal, Dr. Rosinha; Deputado Estadual Tadeu Veneri e Vereador de Curitiba, André Passos. O Deputado Tadeu Veneri vai chegar atrasado à Sessão, por outros compromissos, por causa de viagem, chegará às 15h e pediu que eu lesse este manifesto, o que faço com muita alegria e honra, porque me alio a todos os que defendem o Governo legítimo e democrático da Bolívia, que é uma luz neste início do século XXI, para o mundo todo, para todas as forças sociais e políticas que acreditam na possibilidade de construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, onde todos os seres humanos sejam respeitados e participem da organização e do poder da sua sociedade.

Passo, então, a ler o manifesto de apoio:

(Lê):

“Apoio e solidariedade ao Governo de Evo Morales e ao povo boliviano

A luta pela integração e emancipação dos povos em nosso continente - que impulsiona a ascensão ao Governo de lideranças progressistas, como Evo Morales na Bolívia - contraria os interesses de grandes grupos capitalistas nacionais e transnacionais, principalmente dos Estados Unidos, que sempre enriqueceram às custas da espoliação dos povos e dos seus recursos estratégicos.

O que assistimos hoje na Bolívia é a articulação de um golpe com o objetivo de dividir o país e derrubar o Governo legítimo de Evo Morales. As ações terroristas desfechadas pelas oligarquias separatistas da região oriental - com o apoio do imperialismo estadunidense - agridem frontalmente a Constituição e a democracia no país.

Assim, o que está em jogo na Bolívia é o processo de nacionalização das riquezas naturais e a ampliação

de direitos sociais previstos na nova Constituição proposta pelas organizações populares e pelo Governo de Evo Morales. Isso explica a violência da reação das oligarquias bolivianas, que inclui a ação de grupos paramilitares fascistas e atos terroristas, como assassinatos, explosão de gasodutos, saques e depredação de repartições governamentais.

Estes grupos, inimigos da democracia, incentivados diretamente pelo embaixador dos Estados Unidos (devidamente expulso do país pelo Governo boliviano), não aceitam o resultado do referendo revogatório que democraticamente ampliou os votos e o apoio popular ao Presidente Evo Morales e ratificou assim o mandato para que cumpra com a agenda de mudanças (agenda de outubro) que o elegeu.

Diante disso, manifestamos nosso apoio incondicional ao Governo legítimo de Evo Morales e ao povo boliviano, bem como nos posicionamos pela defesa da unidade da nação e da democracia no país vizinho. De nossa parte, nós, trabalhadores, jovens e defensores da democracia, e nossas organizações - sindicatos, partidos, movimentos sociais - não nos calaremos diante desta ameaça de golpe no continente e tudo faremos para que a soberania do povo boliviano seja respeitada.

Contra o golpismo e a ação separatista das oligarquias bolivianas! Em defesa do Governo legítimo de Evo Morales e do povo boliviano!

Contra a agressão imperialista! Pela soberania e autodeterminação dos povos! CMS-PR, CASLA, CUT-PR, CTB-PR, Intersindical-PR, PCdoB-PR, PSOL-PR, CEFURIA, CPT, MST, APP-Sindicato, Assembléia Popular, Rede de Mulheres Negras, CEPAT/Casa do Trabalhador, Grupo SERPAJ Brasil, Coletivo Soy Loco Por Ti, Centro CHE, Sindicato dos Petroleiros PR/SC, Sindicato Estadual dos Servidores da Saúde PR, Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Curitiba e Região, Sindicato da Pastoral Operária, Pastoral do Migrante, CEBRAPAZ, UPE, UPES, UJS, UBM, Terra de Direitos, Consulta Popular, Sindicato dos Nutricionistas, Juventude Revolução, CAHIS-UFPR, Sindicato dos Correios, Sindicato dos Servidores de São José dos Pinhais, UNASP, Fórum Social do MERCOSUL, Centro Santos-Milani; Mandatos: Deputados Federal Dr. Rosinha (PT-PR), Deputado Estadual Tadeu Veneri (PT), Vereador de Curitiba André Passos (PT).”

E também me associo, como a Bancada do Partido dos Trabalhadores, a este manifesto.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, muitas vezes se fala nesta Casa que o MST é um movimento violento, porque ocupa terras improdutivas. Já falei muitas vezes aqui que a estratégia do MST é pacífica, é uma estratégia que tangencia a legalidade, uma espécie de desobediência civil e movimentos com desobediência civil aconteceram no mundo todo, como Martin Luther King nos Estados Unidos, Gandhi na Índia, e os movimentos camponeses são obrigados a ações de radicalidade, porque não têm

outra alternativa. Quando a classe operária quer lutar por salário, ela tem uma alternativa de greve, de paralisação, mas os camponeses não têm isso, então são obrigados, muitas vezes, a radicalizar por causa de um processo secular de concentração da terra, porque não têm outra alternativa de sobrevivência, mas não é um movimento caracterizado pela violência.

Não há nenhum ato do MST que diga: olha, o MST organizou uma ação para assassinar alguém. Isso não existe no Brasil! Nunca ninguém falou isso! Mas, pelo contrário, as milícias armadas, organizações de grandes latifundiários que, sim, agem de forma dolosa no sentido até de cometer assassinatos de Líderes do MST. Então, pode haver uma violência contingencial nos atos do MST, mas ele é um movimento pacífico, que tangencia muitas vezes a legalidade e tem que se utilizar de instrumentos fora da legalidade vigente, porque nos marcos da legalidade histórica do Brasil não aconteceu o processo de reforma agrária que a sociedade brasileira durante muito tempo sonhou e almejou, como aconteceu em vários países do mundo.

Agora, aqueles que falam em violência do MST talvez não tenham estudado na história o que é a violência das oligarquias. Aí, sim, percebemos o que é uma violência cruel daqueles que não aceitam repartir tudo o que têm e nem parte do que têm para construir uma sociedade mais fraterna e mais humanitária. Vamos analisar os dois projetos em confronto. Isto aqui não sou eu quem está dizendo, mas saiu no jornal Folha de São Paulo, que é o jornal respeitado da grande imprensa nacional, no domingo, um resumo do confronto que acontece na Bolívia. O que a nova Carta rejeitada pelos Governadores de quatro departamentos prega?

Primeiro, a autonomia departamental, mas também a indígena. Eles não aceitam a autonomia indígena. Eles aceitam e defendem a autonomia departamental, que a Constituição também aceita, mas não aceitam a autonomia indígena, cujo território pode passar limites do departamento. Sabemos que as terras indígenas do Brasil são terras da união, têm autonomia. Pois bem, a oligarquia não acata isso, a nova Constituição votada por maioria e referendada, sendo que eles não querem o referendo, porque sabem que o povo boliviano, em sua ampla maioria, vai referendar a nova carta e eles não aceitam a autonomia dos territórios indígenas.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Um segundo ponto é o maior controle pelo estado central dos recursos do gás e do petróleo. Ora, por que o estado boliviano quer um maior controle? Para ter recursos e ter controle estratégico do país, como estado central, e para se apropriar de recursos a favor das pessoas mais pobres, a Bolívia é o país mais pobre da América Latina, que tem mais alto grau de pobreza e de miséria, e vem de muito tempo.

Então, um Governo transformador, ele quer não só ter o controle estratégico do gás e do petróleo, mas ele quer também poder distribuir recursos para as famílias mais pobres, que é a maior parte do povo boliviano, e as oligarquias não aceitam isso. Reforma agrária, é importante ler isso aqui. A reforma agrária da Constituição boliviana prevê um limite para tamanho de propriedades variando entre 5 mil e 10 mil hectares, esse é o limite mínimo, a oligarquia boliviana não aceita ter um limite de terra no mínimo de 5 mil a 10 mil, querem mais, porque têm mais provavelmente, fazendas muito maiores, é só dividir 10 mil por 2,4, cada alqueire é 2,4 hectares, nós vamos ter aí 2 mil e 4 mil alqueires de fazenda-limite. A oligarquia não aceita e por isso se revolta.

A Constituição boliviana veta os transgênicos. Agora, a Holanda, a França, tem vários países do mundo desenvolvido que não aceita transgênicos, e está aumentando mais o número de países. Isso sai todos os dias nos jornais. Ontem mesmo eu assisti no jornal a noite que mais um país europeu passou a vetar os transgênicos. Pois bem, a oligarquia boliviana não aceita que a nova carta constitucional promova o veto aos transgênicos. A nova constituição prevê o controle das políticas de Educação e Saúde, porque são as políticas universais a favor do povo pobre, isto é uma conquista da própria democracia o controle da política de Educação e Saúde de vários países democráticos. A oligarquia se revolta por isso. O que a Oposição quer? Ela rejeita a nova carta, não aceita o referendo, porque sabe que o povo vai aprovar, e por isso se revolta. Ela quer autonomia departamental acima das autonomias indígenas, quer ter maior controle nos recursos do gás e do petróleo, em confronto central, rejeita a reforma agrária dos 5 mil, 10 mil hectares, é pró-transgênicos, quer o estado menor, ideologia neoliberal, ainda numa época que está em decadência no mundo inteiro a ideologia neoliberal e rejeita o que chama de posição da visão andina de mundo.

Sabemos que há uma radicalidade na Bolívia, eu me lembro, estudava Engenharia Civil na Federal em Curitiba, na década de 70, e tínhamos muitos alunos bolivianos. Realmente há um conflito permanente entre os chamados Cambas, que são os descendentes de espanhóis, e os Colhas, que são de origem indígena. Só para se ter uma idéia, recorro novamente ao jornal Folha de São Paulo de domingo, o que uma Camba fala do Colha, para ver a radicalidade do conflito étnico, e como as elites são perversas e cruéis quando necessitam ser assim, são uma gente horrorosa. Isso um Camba falando sobre um Colha. "As Colhas, índias, fazem cocô nas ruas e se limpam nas próprias saias. O cheiro é horrível. É um povo de não cristãos, não compartilham conosco os valores ocidentais e o amor ao capitalismo". A descrição quem faz é Andréas Gomes, 22, editor branco, morador na zona central do departamento de Santa Cruz, o mais rico dos mais agueridamente anti-Evo Morales.

A Bolívia é, na verdade, um centro que erradia uma luta que pode acontecer em todo o mundo, uma luta

de um povo miserável, pobre, mas orgulhoso, que tem uma identidade pelos seus direitos. Então, é normal, por se tratar de uma luta universal entre aqueles que sonham com a possibilidade de construir sociedades fraternas, humanas, mais igualitárias; e aqueles que se opõem radicalmente a qualquer proposta de transformação que mexa com uma pequena parte do seu patrimônio que seja, conquistado, a história nos diz isso, de várias formas.

Então, por isso que é importante a posição do Governo brasileiro, uma posição muito sensata, muito sábia. Estamos defendendo um Governo eleito democraticamente, ninguém propõe nesse manifesto guerra; pelo contrário, propõe que democraticamente aqueles que perderam, que foram derrotados, porque sempre tiveram o controle do poder e não se conformam, eles acatam que a maioria do povo do seu país definiu, que é a Constituição boliviana e o Governo de Evo Morales. Tanto que podíamos, além deste manifesto que já li, citar a decisão da UNASUL.

“Presidente da UNASUL reafirmam apoio a Evo Morales. Reunidos na cúpula da União Sul-Americana de Nações - UNASUL, ontem dia 15, os Presidentes e representantes governamentais de nove estados da América do Sul declararam pleno respaldo ao Governo de Evo Morales. Em discurso, a Presidente pro-tempore da UNASUL, Michelle Bachelet, afirmou que a reunião havia sido tensa, mas muito frutífera, e que a entidade tinha ficado mais consolidada. Povos indígenas latino-americanos também se pronunciaram em favor do Presidente boliviano.”

Quem não se lembra de La Moneda? O exemplo maior da crueldade apoiada pelo estado norte-americano, que assassinou milhares de chilenos e o Presidente Salvador Allende. O palácio símbolo da história chilena foi bombardeado por aviões, cercado por tanques e pelos militares. O famoso, famigerado Pinochet era uma pessoa que o Allende tinha confiança, era o Chefe do Estado do Exército chileno e traiu o Presidente legítimo Salvador Allende. Isso é crueldade. Isso é violência. Não é ocupação de terra improdutiva na calada da noite. La Moneda é um símbolo.

É muito interessante que tenha sido lá essa reunião, porque tem um valor simbólico para que nunca mais aconteça no nosso continente e no mundo. La Moneda foi palco da violência que aconteceu quando o Presidente, legitimamente eleito, foi assassinado. Pela primeira vez na história um socialista foi eleito democraticamente. Então, é uma lembrança. A reunião foi feita num lugar que deve lembrar a todos para que não se repita essa tragédia em nenhum outro país.

(Lê):

“Na Declaração de La Moneda, os Líderes sul-americanos fizeram um chamado para que todos os atores políticos e sociais envolvidos nos conflitos bolivianos tomem medidas necessárias a fim de que cessem imediatamente os atos de violência no país.”

Violência de quem? Um dos Governadores foi preso porque assassinaram vários camponeses que esta-

vam nadando para fugir. Jogaram-se no rio e foram assassinados, com o beneplácito do Governador preso legitimamente pelo Governo boliviano.

(Lê):

“O documento, aprovado por unanimidade por todos os países membros da UNASUL, expressa rechaço a qualquer golpe civil ou à ruptura da ordem constitucional que comprometa a integridade territorial da Bolívia.

Os estados condenam ainda o ataque às instalações governamentais e à força pública por parte de grupos que buscam a desestabilização da democracia boliviana, exigindo a rápida devolução dessas instalações como condição para iniciar um processo de diálogo. No documento, há destaque para o massacre ocorrido no departamento de Pando. Os Presidentes concordaram com o chamado realizado por Evo Morales para que uma comissão da UNASUL possa realizar uma investigação imparcial sobre os fatos.

Além disso, os mandatários instam a todos os membros da comunidade boliviana a preservar a unidade nacional e a integridade territorial do país. Na reunião, foi criada uma comissão de apoio e de assistência ao Governo da Bolívia, em função de seus requerimentos incluindo recursos humanos especializados. Eles concordaram também em criar uma comissão aberta a todos seus membros, coordenada com a presidência boliviana para acompanhar os trabalhos da Mesa de diálogo com os opositores.

Em comunicado, os povos indígenas da Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Chile e Argentina, que integram a Coordenação Andina de Organização Indígenas - CAOÍ, também se solidarizaram com o povo boliviano e rechaçaram o “golpismo fascista” contra o Governo constitucional de Evo Morales. O Conselho Nacional Aymara de Malkus y T’allas declararam ser contra o sacrifício de vidas humanas, a destruição de bens públicos e a destruição do Governo democrático.

No dia 13 de setembro, reunidos no IX Festival Internacional de Cinema e Vídeo dos Povos Indígenas e no VI Encontro Internacional de Cinema e Comunicação Indígena, os povos indígenas realizaram um pronunciamento sobre a situação boliviana: Afirmamos nossa solidariedade e compromisso com o processo de mudança e de transformação política, econômica e social que se desenvolve na Bolívia, como a maioria dos setores da população que está em luta por uma vida melhor.”

Desta forma, Sr. Presidente, eu quero, como Líder do PT, não só em meu nome, mas em nome de todos os Parlamentares desta Casa, prestar o meu apoio, a minha solidariedade e a nossa concordância integral ao manifesto redigido por várias entidades, que já li, e pelo mandato do Deputado Federal, Dr. Rosinha; o Deputado Estadual, Tadeu Veneri; e o Vereador de Curitiba, André Passos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Lamento, Deputado Antonio Belinati, que não esteja neste plenário o Deputado Douglas Fabrício, porque ele é o maior destinatário das informações que trago, aqui, hoje nesta tarde. Quando eu digo que um Parlamentar quando vai à tribuna e faz um pronunciamento, ele tem que estar muito bem fundamentado naquilo que está fazendo. E vou começar, aqui, nesta tribuna, a ser igual ao Deputado Jocelito no período que ele não está em campanha eleitoral, porque agora obviamente ele se impôs no silêncio obsequioso, observando o regulamento eleitoral e está cuidando da eleição de Ponta Grossa e, ao mesmo tempo, é claro, cumprindo o seu dever de estar aqui na Assembléia Legislativa não faltando a nenhuma Sessão de deliberação, ele e o Deputado Antonio Belinati, que são candidatos, claro que os outros Deputados que não estão como o nosso Vice-Presidente Antonio Anibelli, Deputado Stephanes, Deputado Luiz Carlos Martins, Osmar Bertoldi, Cartário, Chico Bühner, e outros Deputados, Jonas Guimarães, nosso querido Deputado Nishimori. Estou dizendo destes que estão às minhas vistas, como também está o Deputado Elio Rusch.

Mas, vim, aqui hoje, porque V. Exas. acompanharam ontem, daquela tribuna, o Deputado Douglas Fabrício teve, na minha avaliação, um verdadeiro arroubo de valentia em relação à questão que envolve a Segurança Pública no município de Campo Mourão. Fui ver, fui procurar as informações, Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. ontem, aqui, desta tribuna disse o que estava acontecendo, de forma verdadeira, no município. Eu saí dessa Sessão, falei com o Secretário de Segurança Pública, desvendei a questão do Delegado.

Primeiro que o Delegado que está lá é o Delegado Haroldo Davison, que é um profissional experimentando, eu o conheço, ainda quando muito jovem ele ingressou na Polícia por concurso público. E fui desvendar a primeira das afirmações feitas pelo Deputado Douglas Fabrício, qual era? Que o Delegado ia ser transferido. E o interessante, eu gostaria que se o Deputado Douglas Fabrício estiver no gabinete pudesse vir até este plenário para promover um debate, porque o que ele fez? Ele foi conversar com o Secretário de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, que aliás, ficam reclamando: “Olha, o Secretário não atende ninguém”. Vejam que o Deputado Douglas Fabrício é da Oposição nesta Casa e foi recebido pessoalmente pelo Secretário Luiz Fernando Delazari, trocou idéias com o Secretário. E saiu dizendo o seguinte: o Delegado de Campo Mourão será trocado. Está aqui no

jornal Tribuna do Interior do dia 10 de setembro de 2008, ele afirmando isso. Ou seja, a matéria é do jornal, se eu ler aqui o inteiro teor do que ele disse, que ele afirmou, vai se verificar o seguinte: que ele informou que o Delegado seria transferido. Ou seja, o Deputado Douglas Fabrício já está transferindo o Delegado, coisa que certamente ninguém aqui desta Casa ainda fez, mas ele está fazendo.

Mas, superada a questão do Delegado, ou seja, quem tem o poder de transferir o Delegado é o Diretor Geral da Polícia Civil, naturalmente ouvindo sempre o Secretário de Segurança Pública e, os profissionais da área de Segurança têm que ser respeitados e não podem estar sujeitos a nenhuma ingerência política. Sou um defensor que a Polícia tem que ser tratada tecnicamente e não com ingerência política. Disse o Deputado, ontem, V. Exas. se lembram, que em Campo Mourão tinha apenas duas viaturas da Polícia Militar. Não foi isso que o Deputado Jonas disse aqui? Não foi isso, Deputado Anibelli? Perfeitamente.

Recebi, depois de ter solicitado ao Comandante do policiamento do interior da nossa gloriosa Polícia Militar, que nesse mês de agosto, como todos sabem completou 155 anos de bons serviços prestados a esse estado, um diagnóstico da Saúde Pública do município de Campo Mourão. O relatório da data de hoje, de 17 de setembro de 2008, vem assinado pelo Tenente-Coronel Antônio Aurélio Chaves da Conceição, Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar. Os dados são muito interessantes. Vejam como as pessoas têm que tomar cuidado quando falam da tribuna da Assembléia, Deputado Tadeu, Anibelli. Sob a jurisdição do 11º Batalhão existem três companhias, em um total de 31 municípios que são atendidos: 1ª Companhia em Campo Mourão, com 13 municípios; 2ª Companhia em Goioerê, com 12 municípios; 3ª Companhia em Cianorte, com seis municípios.

Vamos falar sobre a operacionalidade em Campo Mourão, que é realizado pelo seguinte efetivo disponível. Viaturas do Projeto POVO: duas viaturas, com dois policiais militares em cada uma e uma viatura, oficial de dia - rondas. Policiamento reservado: cinco policiais militares em duas viaturas, sendo aplicados dois policiais por dia, durante 24 horas e o quinto homem em serviço administrativo. O horário e o dia de emprego desse efetivo não é fixo, podendo ser empregado em qualquer horário, de acordo com a conveniência e oportunidade. A ROTAN tem dois policiais militares com três viaturas. O horário de emprego desse efetivo é fixo, podendo ser empregado a qualquer horário do dia, de acordo com a conveniência e a oportunidade. São aplicados diariamente duas viaturas, com quatro policiais em cada uma - são aquelas grandes caminhonetes. No trânsito são quatro policiais militares, três motocicletas e uma viatura, que funciona para o Plantão de Acidentes. Mais uma viatura e três policiais para a Patrulha Rural. Para a Patrulha Escolar são seis policiais militares, com duas viaturas. No PROERD, dois policiais militares, com duas motoci-

tas. Guarda da Cadeia Pública, guarda do Centro de Sócio-
educação, Detenção de menores, com dois policiais
militares à noite e um durante o dia.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Ou seja, em um total, em termos de viatura de poli-
ciais militares, estamos trabalhando na cidade de Campo
Mourão, com 40 policiais militares por dia. Temos 11
viaturas trabalhando nessa cidade e cinco motocicletas
trabalhando diariamente em Campo Mourão. O Deputado
disse aqui ontem que faltam viaturas. Mas quantas têm
trabalhando? Têm duas. Não é verdade. São 11 viaturas e
cinco motocicletas.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Só dizendo a V. Exa. que ontem o Deputado Dou-
glas Fabrício dizia que tinha duas viaturas, e se tivesse
mais estavam quebradas. E que nós, ao defendermos o
Delegado e a Polícia de Campo Mourão, iríamos perder
votos, porque a TV SINAL pega em Campo Mourão.

O Deputado Douglas não está presente, ou está em
viagem, e poderá nos assistir à noite, ou está em Campo
Mourão, e estamos com saudades porque ele não está no
debate. E continuamos defendendo a segurança da popu-
lação de Campo Mourão.

Parabéns a V. Exa. Também estive com o Secretá-
rio Delazari, que repassou os mesmos dados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente, Deputado Anibelli, agradeço. V.
Exa., melhor do que eu, poderia estar fazendo esse pro-
nunciamento. Faço na função de Líder de Governo, res-
peitando a sua atuação em Campo Mourão e na região.

(Lê):

*“São realizadas operações programadas: de trân-
sito e arrastão - diárias; bloqueios de vias - semanais; e
AIFO - quinzenalmente.*

Resultados de operações previstas ano 2008:

*Em relação ao policiamento de trânsito, é reali-
zado policiamento e fiscalização de trânsito diariamente,
além das operações semanais (blitz), com os seguintes
resultados: 5.153 veículos vistoriados, 5.723 motocicle-
tas vistoriadas, 403 motocicletas apreendidas, 235 veícu-
los apreendidos, 2.053 notificações, 106 CNH
apreendidas.*

*A cidade somente tem três semáforos, sendo um na
área urbana e dois na rodovia.*

*Prisões Serviço Operacional de janeiro a setembro
de 2008:*

377 prisões e 130 detenções.

*Prisões de traficantes: duas prisões por tráfico e
doze prisões de usuários.*

Setenta e cinco termos circunstanciados.

*Serviços realizados pela Agência Local de Inteli-
gência (P/2): 35 armas apreendidas, sendo 25 apreendi-
das por maiores de 18 anos, e 10 por menores de 18
anos.*

Serviços realizados pela ALI (P/2) 11º BPM/2008:

*Prisão de traficante: André Soares, vulgo Andrezi-
nho, que estava entregando um tablete de maconha em
um ponto de revenda, próximo ao batalhão.*

*Tráfico de drogas: prisão na avenida Guilherme
Paula Xavier, quatro traficantes, um veículo, dois revól-
veres, 560g de maconha, 15 g de crack, uma munição
7.62 furtada do Tiro de Guerra.*

*Assaltante preso: autor de vários roubos, Gilvan
Aparecido Fernandes, foi reconhecido em 15 roubos, e
preso em flagrante pela ALI, inclusive com a procura de
vítimas para reconhecimento do assaltante, onde sete
comerciantes foram encaminhados por esta ALI até a 16ª
SDP, que reconheceram o autor dos roubos, Gilvan.*

*Prisão de quadrilha: prisão de uma quadrilha
comandada pelo Jefferson Sant Helena Duarte, vulgo
Gefinho, sendo três presos integrantes do grupo, três
revólveres e uma espingarda, que foram utilizados em
roubos no comércio.*

*Prisão de assaltante: prisão de Marcos Martins de
Sousa, 21 anos, Muca, juntamente com dois integrantes
da quadrilha, responsáveis por cinco roubos na cidade,
apreendidos três revólveres (roubaram o revólver do
guarda da COAMO, o qual foi recuperado).*

*Mandado de prisão: em data de 28/03/08, foi
preso Anderson José da Silva, vulgo DRI, o qual é fora-
gido da Justiça e ainda em seu poder foi apreendido um
revólver, uma balança de precisão com resíduos de coca-
ína.*

*Roubo a ônibus: foi presa parte da quadrilha que
estava efetuando roubos a ônibus entre os municípios de
Ivaílandia e Peabiru e apreensão de três armas de fogo.
E no município de Uiratã realizadas prisões de três
grandes quadrilhas de assaltantes. Da última quadrilha
presa foram presas seis pessoas e apreensão de três
armas e um veículo roubado, recuperado.*

*Roubo de gado: prisão da quadrilha do Cabrera,
responsável pelo roubo de gados na região, apreendidos
três integrantes, um revólver, dois caminhões, sendo um
carregado com 20 cabeças de gado que haviam sido fur-
tados em São Tomé/PR.*

*Prisão de quadrilha: que estava agindo no comér-
cio, e utilizavam o veículo VW Santana, BYF-7155, jun-
tamente com quatro assaltantes que foram presos com
um revólver, quadro se preparavam para assaltar a loté-
rica do Shopping Pio Belo.*

*Mandado de prisão de estelionatário: em data de
29/07/08, por volta das 10h, agentes desta ALI na ave-
nida Comendador Norberto Marcondes, próximo a
Faculdade FECILCAM, em Campo Mourão/PR, efetu-
aram a prisão de Fernando Scarpin, RG 2.459.824, CPF
821.916.701-72, o qual estava com um Ford F250 XL,
placas HRR 3786 e possuía em seu desfavor dois manda-*

dos de prisão pelas comarcas de Curitiba/PR e Guaíra/PR e também pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pelo crime de estelionato.

Cumprimento de mandado: em 05/08/08 foi dado apoio a Polícia Federal em cumprimento de mandado de busca na rua Guarapuava nº 845, no centro, na residência de Diogo Freitas de Oliveira, o qual foi preso juntamente com sua esposa Bianca Raquel Paredes, na cidade de Goiânia, em posse de 84 kg de pasta de cocaína, sendo que a família do preso é de Campo Mourão, porém ele é erradicado em Ponta Porã/MT e estava residindo em Campo Mourão há menos de 60 dias. Na residência foi apreendido: um revólver 38, uma pistola 380, R\$ 1 mil em dinheiro, um cofre trancado, um notebook, um computador completo, uma máquina de contar dinheiro, uma caminhonete F-250 e um veículo GM/Astra.

Prisão de traficantes no estado de Santa Catarina: foi entrado em contato com a Central de Polícia da cidade de Joinville/SC e passado informações que elementos da cidade de Campo Mourão/PR estariam com um veículos FIAT/Palio de cor branca, placas CNM 6095, naquele município, distribuindo entorpecentes. Em data de 30/07/08, por volta das 19h15, na cidade de Joinville/SC, a Polícia Civil efetuou a prisão de Jorge Carlos Sgarbosa, Genivaldo Aparecido Clemente, vulgo Geninho e Anderson Garcia Vieira e Maicon Willian dos Santos, os quais estavam transitando com o veículo FIAT/Palio, placas CNM 6095, no perímetro urbano da cidade, os quais foram abordados e foi encontrado no interior do veículo aproximadamente 150 gramas de cocaína. Todos foram autuados em flagrante por tráfico de drogas na Central de Polícia da cidade de Joinville/SC.

Prisão de quadrilha: em data de 14/08/08, por volta das 23h50, através de solicitação via Central de Operações da Polícia Militar, onde a vítima, que é caixa do Posto San Marino, em Campo Mourão, relatou que o posto tinha acabado de ser assaltado por três indivíduos, sendo que um deles estava portando uma arma de fogo. Repassou os detalhes das roupas dos assaltantes e de imediato foi despachada a informação para as viaturas que estavam em patrulhamento, e a equipe da ROTAM conseguiu apreender um indivíduo que estava armado e, logo após, a viatura da RPA conseguiu prender mais dois assaltantes. A equipe do serviço reservado (P/2) também obteve êxito em conseguir localizar e prender o motorista de um veículo que estava esperando os assaltantes para a fuga. Desta forma, a ação policial conseguiu desbaratar essa quadrilha e recuperar todo o dinheiro que havia sido roubado, no total de R\$ 418. Os detidos são Douglas Camargo da Silva, de 23 anos, Maikon Alves da Silva, de 16 anos, Jair Guilherme, de 47 anos e Renato Romualdo de Oliveira, 17 anos. Todos moram no distrito de Nova Brasília. Foram encaminhados até a 16ª SDP, onde foram autuados em flagrante delito por formação de quadrilha e roubo. BOU nº AB 281624.

Cumprimento de mandados: em 21/08/08, foi prestado apoio ao DPM de Engenheiro Beltrão, no cumprimento de diversos mandados de busca e apreensão, sendo que foi detido Claudemir de Oliveira, vulgo Quero-Quero, Rogéria Zufá, Alessandro Marques, vulgo Nenê, Marciano Pasquarelli, Arlindo Pasquarelli Filho e Adriano Paulino dos Anjos, vulgo Crânio.

Foram recebidas 13 viaturas novas, que serão distribuídas nos seguintes municípios:

Engenheiro Beltrão	DPM da 1ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8253	VW/Parati/Cela
Quinta do Sol	DPM da 1ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8258	VW/Parati/Cela
Japurá	DPM da 3ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8243	VW/Parati/Cela
Boa Esperança	DPM da 2ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8137	VW/Parati/Cela
Corumbataí do Sul	DPM da 1ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8138	VW/Parati/Cela
Farol	DPM da 1ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8139	VW/Parati/Cela
Fenix	DPM da 1ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8140	VW/Parati/Cela
Janiópolis	DPM da 2ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8141	VW/Parati/Cela
Luziana	DPM da 1ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8142	VW/Parati/Cela
São Tomé	DPM da 3ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8143	VW/Parati/Cela
Quarto Centenário	DPM da 2ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8144	VW/Parati/Cela
Rancho Alegre	DPM da 2ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8146	VW/Parati/Cela
São Manoel do Paraná	DPM da 3ª Cia. do 11º BPM	Oper.	8147	VW/Parati/Cela

Encontram-se em formação nesta OPM, 37 alunos Soldados, com formatura prevista para 04/09, os quais já estarão realizando estágio operacional a partir de 10/08.

Campo Mourão/PR, 17/09/08.

Atenciosamente,

Ten.-Cel QOPM, Antonio Aurélio Alves Chaves da Conceição Comandante do 11º BPM"

Então, Sr. Presidente, quero publicamente parabenizar a Polícia Militar do município e da região de Campo Mourão.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O senhor me permite um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Na sequência o senhor pode se inscrever no horário do PPS e pode falar, até porque V. Exa. e o PPS têm muito a explicar sobre esse tema. V. Exa. lamentavelmente, não escutou o pronunciamento. Mas, quero dizer o seguinte: parabenizar a Polícia Militar do Paraná através do Comando Geral, do Comandante Anselmo, do Coronel Amaro, Comandante do policiamento do interior, um profissional altamente qualificado, e quero parabenizar, porque eu não o conheço pessoalmente, mas vou fazer uma visita ainda para ele depois que passar este processo eleitoral, o Tenente-Coronel Aurélio, Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar, pela presteza, pela dedicação, pela velocidade em poder preparar esse relatório, porque hoje de manhã já estava no meu e-mail justamente as informações que eu havia solicitado, ontem no final da tarde, começo da noite.

São com profissionais dessa qualidade que é formada a nossa Polícia Militar. Fico orgulhoso de ter esta Polícia Militar que temos no estado do Paraná, tenho dito isso por onde passo, e ao mesmo tempo reconhecer a competência do Secretário Luiz Fernando Delazari.

Vivemos numa época difícil, de grandes desafios, Deputado Belinati, desafios porque é uma sociedade nossa marcada pela violência, uma sociedade em que temos que reconhecer que os problemas, Deputado Stephanes Júnior, são diferentes.

Quando fomos analisar, como analisei recentemente que havia em Curitiba, área em Curitiba, fiquei verificando os dados estatísticos de Curitiba - Curitiba há 25 anos tem o dobro do número de homicídios que têm em Porto Alegre - esta patologia tem que ser identificada sociologicamente. Não é a polícia que resolve este tema. É um tema que tem que ser analisado à luz da antropologia. Por que uma cidade como Curitiba é o dobro violenta do que é Porto Alegre? E quando nós fomos ver os dados, eu fui buscar os dados, a cidade de Recife que é menor do que Curitiba, ela tem o triplo de homicídios há 25 anos, que tem Curitiba.

Vejam que são dados da nossa sociedade, temos que buscar, de fato, a explicação para a violência, além, é claro, daquela que é feita pelos profissionais da Polícia. Mas nós temos que ir buscar estes dados.

No mais, Sr. Presidente, obrigado por ter utilizado esses horários. Eu sinceramente quero dizer que os Parlamentares quando ocupam a tribuna, tem que ocupar com responsabilidade, porque do outro lado nós sempre temos profissionais qualificados trabalhando.

Então, meus parabéns aqui ao Tenente-Coronel Aurélio, Comandante do 11º Batalhão da nossa Polícia Militar de Campo Mourão e da região.

Era isto. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputado Nishimori, ao Plenário, lamentavelmente quase vazio, aos telespectadores, comitê de imprensa e visitantes.

Sr. Presidente, há muitos anos aprendi uma filosofia de caráter administrativo de que as autoridades não devem jamais fechar escola não devem fechar posto de saúde, a autoridade não deve fechar creche, não deve fechar hospital. Pelo contrário. Como a população está sempre aumentando, há sempre necessidades de se construir ou de se ampliar as escolas, as creches, os postos de saúde e os hospitais.

Infelizmente esta teoria que eu aprendi, muito antes de ser eleito para a minha primeira função pública, ela não se cumpre no Paraná, em especial na minha cidade de Londrina, que é uma escola, até por coincidência há 40 anos, eu ainda muito jovem estive no início das atividades dessa escola no Jardim Bandeirantes, funcionando num prédio de propriedade da igreja que eu frequento, a Igreja Metodista, mais especificamente num prédio de propriedade da Ação Metodista de Assistência Social, no Jardim Bandeirantes, em Londrina. Ali se instalou uma escola, que levou o nome de um dos mais ilustres paranaenses que foi Procurador do Estado, Secretário da Fazenda, foi Prefeito da minha cidade, chegou ao cargo de Vice-Governador e se efetivou no cargo de Governador do Paraná, substituindo Ney Braga, que é o saudoso homem público José Hosken de Novaes. E por que estamos na tribuna na tarde de hoje? Para lamentar, Presidente, que eu tive o privilégio de poucos - há 40 anos ter estado naquele local quando se iniciou a atividade dessa escola - hoje venho, com muita tristeza à tribuna para dizer que a Escola Estadual José Hosken de Novaes no dia 18 de setembro terá o seu último dia de atividade.

O Governo se apegando na Lei Diretrizes e Bases, uma Lei de 1996, quando interessa o Governo fuçar o baú, revira as gavetas, vai aos arquivos e acha uma lei, sempre a favor dele! O que diz essa lei? É que cabe às

Prefeitura Municipais manter em funcionamento e garantir as quatro primeiras séries do ensino fundamental. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, que tem 12 anos, e estabeleceu que compete ao município a oferta das quatro séries iniciais do ensino fundamental. Então o Governo muito rápido, sempre muito rápido não para resolver o problema, mas para complicar! Isso me faz lembrar o falecido Chacrinha, que brincava muito em seus programas de calouro dizendo que ele veio para confundir. É assim está história do Governo que vai fechar uma grande escola, num dos maiores bairros de Londrina que é o Jardim Bandeirantes. Então, fica aqui, Presidente, a nossa tristeza, a nossa solidariedade à Diretoria da Escola, Maria Ângela Leite, aos professores e professoras, aos funcionários e funcionárias, pessoal da merenda, da limpeza, aos alunos e a solidariedade aos pais também.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

A nossa solidariedade e a nossa crítica ao Governo que se apegue numa lei para prejudicar o povo! Quando não há interesse passa-se por cima da lei, ignora-se a lei, não se cumpre a lei, mas quando é para prejudicar o povo quanta rapidez! Quanta gente intelectual, quanta gente de alto poder intelectual para poder descobrir estas leis que muitas vezes pensamos que está em desuso.

Tenho comigo a filosofia de um ex-Prefeito de Londrina, Dalton Paranguá, que dizia: “A saúde do povo não é municipal, estadual ou federal, o povo está doente? Temos que cuidar da saúde do povo, não ficar de empurra para cá, empurra para lá.” Pegando uma carona na filosofia de Dalton Paranguá, entendo que a criança não deve ser tratada como se fosse municipal, estadual ou federal, é criança está na idade de estudar nós temos que resolver e garantir a escola para esta criança da mesma maneira que garantir a creche, o posto de saúde, o hospital com médico, com remédio! Infelizmente aqui no Paraná, na minha cidade de Londrina, pasmem os senhores, em pleno ano de 2008, o Governo vai fundamentar numa lei, vai passar a bola para o outro e que se danem as crianças que agora vão ter que estudar bem longe de casa. É possível até que algumas venham a abandonar o estudo. Tem mãe apavorada com essa onda de violência, de assalto, de estupro, venha ficar assustada e, talvez até não coloque mais a criança para estudar numa escola em Londrina, uma escola que venha a ficar longe da porta da sua casa.

Sr. Presidente, acho que isso aqui na minha ótica é até um desrespeito a memória desse grande brasileiro, nascido em Carango, nas Minas Gerais, José Hosken de Novaes, que chegou ao cargo de Governador do Paraná, se prestou tão pouca homenagem ao Dr. José Hosken de Novaes, coitado, deve estar se revolvendo no túmulo. O que estão fazendo com ele! Foram poucas as homenagens ao Dr. Hosken de Novaes e ainda estão fechando a escola que levava o nome dele. Será que é alguma ciúmeira com

o falecido Hosken de Novaes? Quem sabe. Mas o homem já está morto, meu Deus do céu.

Então até para homenagear esse grande cidadão que governou o Paraná, acho que o Governo poderia continuar deixando, já que a lei é de 1996, tem 12 anos, para que agora se valer nessa maldita lei para prejudicar centenas de crianças. Nota zero, com a nossa crítica contundente a quem tomou essa medida inoportuna, inconveniente e desumana com as centenas de crianças do Colégio Estadual José Hosken de Novaes, do Jardim Bandeirantes, em Londrina.

Reafirmo, Presidente Nelson Justus, vale sim a filosofia: “Escola não se fecha, se constrói mais escolas. Posto de Saúde não se fecha, creche não se fecha, hospital não se fecha.” Quem toma essa atitude está no caminho da contramão, está agindo prejudicando a população paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Não iria fazer uso da tribuna na Sessão de hoje, mas diante das notícias que saíram na imprensa hoje, e da entrevista que acabo de conceder também para a imprensa do nosso estado, sinto-me na obrigação de vir à tribuna e fazer algumas considerações em relação ao nosso trabalho e atividade parlamentar de cada um.

Dos 54 Deputados que existem aqui na Assembléia Legislativa, ou dos 513 Deputados Federais, ou dos 81 Senadores da República que temos, ninguém foi nomeado. Todos foram eleitos com voto direito, o voto do nosso eleitor. Entendo e espero que a sociedade do Paraná, a imprensa do Paraná, a sociedade brasileira, entendam qual é a verdadeira função e o trabalho do Parlamentar. Não preciso dizer desta tribuna, Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, que cada um sabe qual é o seu trabalho. Nós da Bancada da Oposição temos o dever e a responsabilidade de fazer a fiscalização e uma oposição responsável, aqui no Parlamento do nosso estado. Não fazer oposição pelo bel-prazer de fazer oposição, não. Quem é o Governo defende o Governo. Quem é Oposição traz as críticas e mostra os erros que possam existir na administração municipal.

Disse que ninguém veio para cá por acaso. Todos, o Deputado Osmar Bertoldi, Antonio Belinati, Alysson, Reinhold Stephanes Júnior, Marcelo Rangel, enfim, todos os Parlamentares aqui presentes, todos os que ocupam uma cadeira, foram eleitos. Nós somos movidos a voto. Ninguém veio por acaso.

Estamos a duas semanas da eleição. Eleição de quem? Nossa? Não. Eleição do Prefeito e de Vereadores. Mas é a nossa eleição também que está em jogo. É a

nossa reeleição. Quem é candidato à reeleição, quem não é, quem quer ir para Prefeito, para Senador, para Deputado Federal, tem que participar desta eleição.

Cada um dos 54 Parlamentares tem apenas um voto. Aqui e também na urna. Se atingimos o número de votos para ocupar cadeira aqui na Assembleia Legislativa, é graças aos nossos amigos e companheiros que acreditaram em nós quando fomos candidatos. E estamos aí para defender a sociedade do Paraná.

Agora é eleição para Prefeito e para Vereadores. No meu caso, em particular, Srs. Deputados, minha cidade fica distante 600 quilômetros de Curitiba. Não gostaria de falar isso, mas sou obrigado a falar. Vou de ônibus para Marechal Cândido Rondon. São nove horas, de ônibus, para ir e nove horas, de ônibus, para voltar. Dezoito horas de ônibus por semana. Duas noites por semana eu durmo no ônibus. E quando estou na minha região não tenho sábado, nem domingo, nem feriado. Como qualquer um dos Parlamentares, cada um tem compromisso com seus municípios, com suas bases. Quem é Governo está inaugurando obras, ou fazendo reuniões, participando de festas, de atividades. Porque quem assim não faz terá apenas um mandato e não se elege mais. E é neste momento que nossas lideranças, nossos partidos, nossas alianças, nossas coligações, sejam do PT, do PMDB, do PDT, do PPS, dos Democratas, não interessa que partido, todos os Parlamentares são cobrados.

Estamos aqui, presentes, estamos na Sessão. O quórum é baixo? É baixo!

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Uso do horário destinado ao Grande Expediente, se V. Exa. permitir. Todos nós, Parlamentares, somos cobrados, sim. E é por esta razão que espero que o Congresso Nacional - e acho que caberia à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e à nossa imprensa, do estado do Paraná - também abraçar esta causa: por que não unificar as eleições no nosso país?

Uma eleição geral para Presidente da República, até Vereador. Quanto custa uma eleição para a nossa nação? Quanto custa uma eleição para o Governo? Quanto se gasta numa eleição?

Se tivermos uma eleição unificada, desde Presidente da República, com toda certeza a credibilidade da classe política também será outra. Porque se nós, Parlamentares, não participarmos desta eleição, agora, de Prefeito, e eu sou de um município pequeno, 80% da votação que fiz foi fora da minha base eleitoral, do meu domicílio eleitoral. Meus municípios, os que represento, são todos pequenos. São 50 municípios em que atuo politicamente.

Deputado Waldyr Pugliesi, Presidente do PMDB, como é que eu quero participar de 50 municípios na campanha, participando apenas sexta, sábado e domingo? Não tem como! Nós somos cobrados! E aqui na Assembleia Legislativa, sempre foi de praxe, no período eleito-

ral, as Sessões que antecedem ao dia da eleição, sempre foram suspensas, num entendimento, se limpar a pauta, não ficar nenhum projeto importante para trás. Não vejo problema nenhum de a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, se querem chamar de recesso branco, mas o que não dá para dizer é que são férias, pois os nossos gabinetes estão abertos! Cada Parlamentar vai cuidar da sua base, vai fazer as suas eleições e nos seus municípios faz campanha para seus Prefeitos e Vereadores, mas os gabinetes estão funcionando, os gabinetes estão trabalhando e não fechados! Então, não são férias! Férias você tira quando pega a tua família e vai para a praia, vai viajar, aí você tira férias. E queria até fazer uma consideração: recesso parlamentar não são férias, porque no recesso parlamentar de julho, dezembro e janeiro, eu tiro 10 dias de férias com a minha família, sim, e aí vou viajar e descansar, mas o resto do tempo estou comendo poeira e amassando barro no interior. É isso que o Parlamentar faz! Não tem outra forma diferente! E quantas vezes vamos em um município e lá encontramos uma pessoa que diz: "Puxa, até que enfim vejo você de novo; há quanto tempo você não vem aqui no município!" Como é que você vai fazer isso?

O Parlamentar tem a sua atividade aqui na Assembleia Legislativa, mas tem o compromisso de estar lá no interior. Quem mora na capital ou em cidades grandes é diferente. Ouvi a declaração do Deputado Osmar Bertoldi e outros Deputados que também moram aqui em Curitiba e que declaram que, com ou sem recesso branco, tanto faz, porque estão junto com as suas bases. Mas, e quem é do interior? Quem tem 50, 30 ou 20 municípios, como é que vai fazer?

Quem não participa agora na eleição municipal, com toda certeza daqui a dois anos vai lá pedir voto e vai escutar: "Puxa, quando precisei de você, você não estava comigo! Onde você andava? Onde você estava?"

Então, vamos ser realistas. O Congresso Nacional, em Brasília - isso são declarações do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara Federal, e não são de agora, mas de junho, que eles já declararam o recesso branco - o Congresso, há duas semanas, não vota matéria nenhuma. Não se vota nada lá em Brasília! E onde estão os Deputados? Estão nas suas bases, porque o período eleitoral.

Desculpem a minha pureza e minha franqueza, mas não posso ouvir certos pronunciamentos demagógicos! Não tenho o que alguns Deputados têm. Eu preciso de voto. Todos nós precisamos de voto e sinto-me até feliz neste momento, porque os meus municípios pedem a nossa presença. O pior é quando não pedem. Aí é duro! Ou quando você não falta nenhuma reunião e alguém até já disse: "Cuidado! Não falte ao seu serviço para que o seu chefe não note a sua ausência". Porque daí você não faz falta! Mas nós somos cobrados no interior e eu, particularmente, como falei com todos os Parlamentares, com o Presidente da Casa, com o Líder do Governo, falei com outras lideranças partidárias e hoje de manhã falava com

o Deputado Luiz Accorsi e ele me disse que tinha feito 5 mil quilômetros rodando daqui para sua base e de lá para cá, percorrendo a sua região. As pessoas que não acreditam na gente, convido qualquer um que acompanhe qualquer Parlamentar. Quem tem uma atividade efetivamente eficiente, quem trabalha, quem se dedica, acompanhe a vida de Parlamentar, vá para o interior. É levantar cedo, não ter hora para almoçar, não tem para jantar, não ter hora para dormir, não ter hora para levantar, não ter nada!

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Elio Rusch, acho que quando V. Exa. coloca essa situação, há duas ponderações que temos que fazer.

Primeiro, é evidente que nos últimos dias temos tido dificuldade de quórum e é evidente que nós, caso continuássemos tendo também teríamos dificuldade de quórum. O que não entendo é por que, se o senhor é Deputado de uma cidade que fica a 600 quilômetros daqui - alguns Deputados aqui também são Deputados de cidades que são distantes - por que nós temos a maior parte das faltas, e eu acho que aqui ninguém patrulha ninguém, são de Deputados de Curitiba e região metropolitana, e o senhor sabe disso. Segundo, eu entendo, pessoalmente, que o Congresso Nacional entra em recesso mas as CPIs continuam funcionando normalmente, agora aliás há meia hora atrás se o senhor pegar o site vai ver que o Ministro Jobim está depondo numa CPI. Então, o Congresso não é porque os Deputados não estão lá. Acho que os Deputados têm que estar nas bases. Agora, entendo que quinta, sexta, sábado, domingo também é possível fazer isso. Não estou aqui colocando Deputado, porque lhe conheço e sei do seu trabalho, há dificuldades.

O que eu tenho dito e reitero é que hoje para a população, quando você coloca claramente que ficará 15 dias para fazer campanha, a população entende que você não está fazendo absolutamente nada a não ser campanha, e temos que enfrentar esses debates. E as posições divergentes não são demagógicas, elas são divergentes, e eu acho que nem tudo que é divergente é demagógico, justamente porque esta é uma Casa que tem por objetivo não ser única e não ter um pensamento único é que nós pensamos diferente, senão não precisaria ter 54 Deputados, bastaria eleger um, e talvez até tivesse quórum, com um só daí seria mais fácil.

Então, Deputado Elio Rusch me parece que o senhor faz um desabafo. Espero que no dia 6 ou 7 de outubro os Prefeitos que o senhor apóia estejam eleitos, alguns deles, alguns devem ser os nossos Prefeitos porque são partidos diferentes. Mas, acho que esse processo nós temos que discutir dentro da reforma política inclusive, o senhor tem conhecimento até porque a sua origem é germânica, na Alemanha as Assembléias não funcionam o ano inteiro, funcionam em alguns casos uma semana, mas há uma diferença estrutural enorme entre

uma coisa e outra, e é isso que nós temos que debater, senão fica uma situação complicada, vem 20, 28, 30, e alguns, claro, de uma forma diferenciada acabam fazendo campanha, e como o senhor falou: depois que aparece todo mundo pergunta aonde você andava.

Só para que o senhor entenda e me permita essa expressão, é que todos aqui fazem campanha, assim como o senhor sai hoje, amanhã por exemplo 4h00 da manhã eu saio para Bituruna e volto às 8h00 da noite, como aliás todos os Deputados, o Deputado Belinati vem todos os dias aqui. O que eu não entendo é como Deputados que estão em Curitiba, estão aqui a 10 quadras e acabam não vindo. Aí é difícil explicar o porquê essas pessoas vão vêm, e acho que a sociedade também não entende.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, obrigado pelo aparte. Quero dizer Deputado que V. Exa., é uma pessoa que eu respeito justamente por isso, tem coragem de falar o que pensa. E entendo que o Deputado Tadeu Veneri expressou aqui um sentimento em relação a sua posição pessoal, se nós formos ver inclusive da sua Bancada, que integra o seu partido, não há aqui, salvo minha visão, nenhum outro Parlamentar da sua Bancada, não vou dizer nem o partido que ele integra. Mas o que ocorre na prática? Os Parlamentares que integram a base aqui na casa e da Oposição têm, compromissos em relação a cidadania.

Dizia ainda há pouco aos jornalistas que cobrem aqui a Casa, não é o sentimento esse do povo, o povo quer ver o Deputado Elio Rusch visitando o povo paranaense, apoiando o candidato A ou B, discutindo o processo eleitoral, porque as comunidades sabem da importância do processo eleitoral municipal, na construção das políticas públicas e atendimento às reivindicações dos municípios, que o Parlamentar é porta-voz aqui nesta Casa. Não podemos generalizar as coisas, porque eu tenho dito o seguinte, quando houve uma pressão por parte da imprensa para que os Parlamentares que fossem candidatos a Deputado se licenciassem, e eu disse: "Olha, a responsabilidade por falta de quórum vai ser de vocês", disse isso de forma bem clara e objetiva porque eu também não sou de ficar em cima do muro com posição nenhuma.

Então, eu quero dizer o seguinte: o Congresso Nacional, Deputado Tadeu Veneri, está em falta com a nação. Este não teve produção legislativa nenhuma. Entre os 530 Deputados Federais, ora, certamente, terá 10, 12 ou 15 Parlamentares que estarão lá participando das CPI's porque tem uma televisão, tem um holofote. Têm alguns que são especialistas em CPI, é a única coisa que fazem na vida, deviam ter sido policiais federais, embora pudessem ser presos, como acabou aquele hoje número dois da Polícia Federal.

O fato é que, temos responsabilidade e a opinião pública que se diz é a opinião publicada, porque quem está aqui nesta Casa chegou pelo voto do povo e só vai voltar aqui se tiver o voto. O trabalho dele só vai continuar se ele for aprovado pela população. Na minha região, o que eles querem é a minha presença porque eles sabem que, quando estou visitando o município, como V. Exa. está ou qualquer outro Parlamentar está visitando, estamos colhendo reivindicações, levando benefícios, discutindo com a comunidade, com os setores organizados da sociedade. Eu trabalho de segunda a segunda e, sinceramente, entendo que o povo que me elegeu aprova o trabalho que faço.

Quando procurei V. Exa. e disse que era necessário conversar com o Presidente Nelson Justus, para que suspendêssemos as seis Sessões, são apenas seis Sessões que estão sendo suspensas, que nenhum prejuízo traz ao processo legislativo, a não ser é claro aqueles que querem desgastar a imagem deste Poder. Não tenho a menor dúvida de que estamos no caminho correto. É isso mesmo. A Assembléia Legislativa não tem faltado com a sociedade paranaense. Parabéns a V. Exa. por ter coragem de abordar o tema desta forma. Eu o apoio integralmente, muitas vezes divirjo de V. Exa. aqui, mas gosto de V. Exa. porque é uma pessoa corajosa, porque diz aquilo que pensa e são poucas as pessoas que têm essa coragem como V. Exa. tem.

Parabéns.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Para rebater o Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. falou que os que mais faltam nas Sessões são os Deputados de Curitiba e região metropolitana, mas eles estão faltando por falta de conduções, ou seja, é que eles utilizam o transporte coletivo para vir aqui para Sessão e, por excesso de passageiros, eles estão nos pontos de ônibus e não conseguem chegar em tempo na Sessão, mas boa vontade eles têm. Então, é por falta de conduções que esses Deputados tão perto daqui, não conseguem vir trabalhar.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Gostaria de agradecer os Parlamentares que me apartearam.

Respeito a posição de cada um, aliás, esse é o nosso papel. No regime democrático temos que respeitar a posição de cada um. Respeito a posição do Deputado Tadeu Veneri, como respeito a posição de qualquer Parlamentar, mas temos que parar de “querer jogar para torcida.” Temos que nos pautar em cima daquilo que efetivamente acontece. Presidente Deputado Nelson Justus, estou aqui no quinto mandato, estou participando como Deputado na nona eleição (cinco de Prefeito e quatro de Governador) e sempre houve esse entendimento aqui na Assembléia Legislativa. Por que não agora?

Foi muito feliz o Deputado Romanelli, quando disse que apenas seis Sessões Ordinárias não serão realizadas. Apenas seis Sessões, enquanto que o Congresso há duas semanas não vota. Só quero deixar bem claro: o que funciona lá é a Comissão Parlamentar. No Congresso não se vota nada, nem na Câmara e nem no Senado, no Plenário, porque não tem quórum, não tem presença. Então, tem que parar de fazer de conta que tem Sessões. Vamos parar de querer enganar a nós mesmos. Vamos falar daquilo que acontece. É período eleitoral? É período eleitoral sim e, todos nós temos compromissos com a nossa base e vamos lá fazer a campanha. Vamos assumir essa posição.

Se tivessem projetos importantes a serem votados na Assembléia estaríamos aqui, com toda certeza. O Poder Legislativo nunca faltou ao Executivo, nem a este Governo, nem a outros Governos que já passaram, nunca, nunca. A Assembléia sempre foi produtiva, nunca tem atrapalhado os Governos, pelo contrário, tem sido sempre parceira, aliás, o próprio Governador tem enaltecido, o atual Governo, desta tribuna, o trabalho da Oposição que tem levantado questões com fundamento.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Concede um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. nos surpreende todos os dias com assuntos da maior importância para esta Casa. Ontem V. Exa. abordou um assunto bastante apropriado, do momento. E hoje V. Exa., com uma disposição fantástica que nós admiramos e eu me associo, mostra ao Paraná a realidade, mostra a verdade que esta Casa é uma Casa política.

Deputado Elio Rusch, às vezes eu fico pensando por que tanta gente na Assembléia? Por que tanta gente nos corredores da Assembléia? Depois eu saio daqui e vou ao Tribunal de Contas e não vejo ninguém. Depois, um outro dia, vou ao Tribunal de Justiça. Ninguém. Esta é a Casa do Povo. E esta Casa do Povo representa o Paraná como um todo. Não somos Vereadores Municipais de Curitiba, se fôssemos Vereadores Municipais de Curitiba sairíamos daqui e iríamos à Vila São Pedro e voltaríamos rapidamente. Mas, nós andamos 400, 500 quilômetros. Aliás, o Presidente desta Casa e o Alexandre Curi, pela função que ocupam, são os Deputados mais solicitados desta Casa. O Deputado Nelson Justus - Presidente da Assembléia, e é o Deputado Alexandre Curi, são solicitados e de todos os municípios do Paraná eles já receberam pessoas em seus gabinetes. E todos já foram procurados para visitar o município e estão fazendo. Eu vi uma reportagem do Alexandre Curi em que ele diz que já visitou 100 municípios, e o Nelson Justus deve estar se aproximando, e os demais Deputados também.

Deputado Elio Rusch, se tivéssemos dinheiro receberíamos, simplesmente, um fax dos nossos candidatos com o número da conta. Aí, iríamos ao banco, mandaríamos uma certa importância para o candidato a Prefeito ou a Vereador, e estava resolvido o problema. Só que nós, Deputados Estaduais, não ganhamos o salário que se apregoa por aí, nós ganhamos menos que um Delegado de Polícia, menos que um Promotor, menos que um Juiz. Por isso é que não podemos mandar espécie, via conta bancária, e os nossos companheiros precisam, sim, da nossa presença como incentivo, como sendo solidários a eles. Tem Deputado aqui que está no mesmo município que tem três Deputados, cada um é solidário ao seu candidato, não com dinheiro, mas com a presença. Por isso, quero cumprimentar a Mesa Executiva desta Casa, a todos os Deputados que, juntos, irmanados, firmes em uma decisão apenas de que esta Assembléia tem que entrar, sim, em recesso para podermos estar presentes nos municípios do Paraná que esperam a nossa presença e a nossa solidariedade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado Geraldo Cartário.

Apenas para finalizar, Sr. Presidente, o Deputado Romanelli enquanto estava dando a entrevista repetiu exatamente o que eu tinha dito no início do meu pronunciamento de que todos nós somos cobrados e todos nós somos movidos a votos, todos nós. E é neste momento que a nossa base solicita a nossa presença. Também disse no início do meu pronunciamento, e para encerrar, eu gostaria de deixar mais uma vez registrado, o que eu defendo e o que o nosso partido defende, eu em particular, defendo a eleição unificada de Presidente da República a Vereador. Cláusula de barreira tem que existir no Brasil. Fidelidade partidária felizmente temos e que se proíba as coligações na proporcional. Com toda a certeza, se o Congresso fizer isso, ao menos esses três itens, estaremos dando um passo muito importante a favor da nossa política e em favor da questão da Administração Pública do nosso país, dos nossos estados e dos nossos municípios.

Digo mais uma vez, que não nos enganemos a nós mesmos. Vamos dizer para a sociedade do Paraná, que somos Parlamentares e que chegamos aqui com o voto. É nesse momento, no período eleitoral - faltam duas semanas para a eleição - que somos cobrados demais na nossa base, para que estejamos presentes nessas eleições.

Deputado Tadeu Veneri, já disse isso uma vez, não dá para entender essa confusão de partido no Brasil. O PT é Governo. Democratas e PSDB são seus grandes adversários. Em quantos municípios o PT está coligado com os Democratas? Em quantos municípios o PT está coligado com o PSDB? Dá para entender? Não. Não dá para entender. Por essa razão, que é preciso uma reforma política ampla e geral, para que a sociedade possa acreditar nos seus partidos e, nós, políticos possamos dizer

orgulhosamente que somos Deputados, Vereadores, Prefeitos. Mas muitas vezes por ações demagógicas de algumas pessoas, de alguns políticos, estamos nos descredenciando.

Eu, não. Tenho a pureza de chegar, aqui, falar para a televisão, registrar nos Anais da Casa, o meu ponto de vista, o que acho da situação política e o que acho do trabalho do Parlamento.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para complementar o discurso do Deputado Elio Rusch. A presidência esclarece aos Srs. Deputados, que desde o primeiro dia em que assumimos a Mesa, tomamos todas as decisões em conjunto, da maneira mais democrática possível, para que não houvesse nenhum tipo de autoritarismo.

Conversamos na segunda-feira com o Líder do Governo e da Oposição e com todos os Líderes dos partidos. Afirmamos sempre de que não haveria a necessidade da solução de continuidade, nos trabalhos da Casa. Ao conversamos com todos os Líderes, com a Liderança do Governo e com a Liderança da Oposição, examinamos e com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, os projetos que tínhamos na pauta. Com isso pudemos dar uma adiantada e acelerada na pauta, para que não houvesse nada que não fosse votado nesta Casa ou que pudesse prejudicar os andamentos de qualquer serviço do Legislativo, em função ao estado.

Ora, uma vez que isso foi muito bem examinado com muito cuidado teremos hoje uma Sessão Extraordinária, para aprovarmos essa questão do vencimento dos militares, para que não fique nada para trás. Assumimos o compromisso com os Líderes do Governo, da Oposição e com os Líderes partidários, que já que vamos deixar de ter apenas seis Sessões Plenárias, nos comprometemos todos de recuperar essas seis Sessões ainda nessa Legislatura, logo após as eleições.

É evidente, ainda ontem consultei a Casa Civil, que se houver a necessidade de algum projeto, alguma mensagem do Governo, que seja efetivamente imperiosa, imediatamente, convocamos extraordinariamente ou chamamos de volta os Deputados, para que aqui estejam. Tenho o compromisso das lideranças de que todos estarão aqui.

Então, não vejo, com toda a franqueza, razão para nenhum tipo de exagero ou nenhum tipo de descaso nesta situação. Sempre agimos da maneira mais democrática, equilibrada e transparente. A decisão foi tomada em conjunto com os líderes de todos os partidos. Todos foram consultados, principalmente o Líder da Oposição, do Governo, para que deixássemos de ter seis Sessões. Não vai atrapalhar em nada, vai permitir sim, com que todos nós participemos desse processo que é importantíssimo. A Casa vai continuar funcionando do mesmo jeito, os gabinetes todos estarão funcionando. Não há nenhum

tipo de férias nem feriado, não é nem um recesso branco. O que não vai haver é Sessão Plenária, para que os Deputados possam estar participando do processo eleitoral que está aí.

Apenas para agradecer a maneira como chegamos a esta definição juntamente com o 1º Secretário, a Mesa Executiva toda reunida toma uma decisão como sempre tomamos. Aqui ninguém é melhor que ninguém.

Com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da Imprensa, cidadãos do Paraná.

Eu não iria me pronunciar, apenas pedi um aparte ao Líder do Governo porque estava prestando muito a atenção no pronunciamento, do começo da Sessão e ele estava falando a respeito de Campo Mourão, de Segurança Pública e também falou a respeito de um colega do meu partido, o PPS. E como fiquei impossibilitado de me pronunciar através de um aparte, e seria um aparte respeitoso diga-se de passagem porque eu iria perguntar ao Líder do Governo a possibilidade da implantação do Núcleo de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes na região de Campo Mourão e na nossa região dos Campos Gerais, principalmente na cidade de Ponta Grossa.

Iria fazer uma solicitação, que acho de extrema importância para a Segurança do estado do Paraná. Aliás, é um projeto bom Sr. Líder do Governo, que já existe em outras cidades como Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Pato Branco, mas não existe ainda em Campo Mourão e Ponta Grossa. Precisamos desse núcleo para a repressão de entorpecentes, porque todos nós sabemos que a maior parte dos crimes que acontecem no estado se dá devido ao tráfico de drogas. Drogas correspondem a 80% dos crimes ocorridos.

Gostaria de convocar os meus colegas Parlamentares para priorizarem projetos que se baseiam em Segurança Pública. Precisamos disso e precisamos começar uma cruzada antidrogas, no estado do Paraná.

Vou lhe ceder um aparte Deputado Romanelli, mas já que o senhor não me forneceu o aparte naquele momento, gostaria de falar sobre outras coisas na área de Segurança. Primeiro, estamos solicitando o núcleo; temos um problema grave de valorização profissional no estado do Paraná. Já comentamos isso com o Secretário de Segurança Pública e no começo do ano nos prometeu um “soldão” para os nossos policiais militares, porque o soldo, Deputado Belinati, do policial militar é abaixo do salário-mínimo vigente no país, na minha opinião, além de inconstitucional, é imoral. Precisamos de uma valorização imediata de nossos profissionais da área de Segurança, o efetivo ainda continua um dos mais baixos efetivos do país e a cada mês nós estamos perdendo policiais experientes. Só na região de Ponta Grossa nestes últimos dias perdemos 30 policiais que não foram repos-

tos. Ou seja, nós precisamos imediatamente contratar mais policiais, aumentar o efetivo aqui no estado do Paraná. A criminalidade está aumentando a olhos vistos.

Os módulos, já falei aqui também através de um pronunciamento, os módulos foram desativados neste Governo e todos os estudos de especialistas nos países de Primeiro Mundo, sabe-se que os módulos são essenciais, a presença policial num bairro é extremamente importante, é símbolo de Segurança e nós estamos pedindo a reativação dos módulos, mas não somente a reativação dos módulos. Não adianta reativar os módulos se não temos os profissionais, se não tivermos os policiais para atuarem naqueles locais. Hoje os módulos, inclusive, abrigam meliantes, por incrível que possa parecer.

O IML da cidade de Ponta Grossa é um caos, terrível, está numa situação extremamente precária, sem investimentos, sem funcionários, estamos falando isto há tanto tempo.

E eu gostaria muito, como Líder do PPS, é minha obrigação, já que o nosso Deputado Douglas Fabrício não está aqui no plenário, porque está na base, por solicitação popular...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

...o cidadão quer ver o seu político aqui discursando, ali votando, mas também quer ver o político na sua cidade, nos bairros, andando e conversando com o povo. Isto também é trabalho de político. Não é apenas aqui votando ou fazendo pronunciamentos. Não. O político tem que estar presente nas suas bases. Isto é extremamente importante. E o Deputado Douglas é um guerreiro, é batalhador, é da Oposição e como Deputado de Oposição ele cumpre com maestria o seu dever cívico, seu dever como Parlamentar de fazer as cobranças necessárias ao Governo do Estado do Paraná por mais segurança.

Portanto, faço este pronunciamento em nome do Deputado Douglas Fabrício, em nome do PPS que eu represento como Líder, mas dizer que realmente precisamos nos voltar, os Parlamentares da Assembléia Legislativa precisam assumir esta grande responsabilidade de começar uma grande cruzada contra o tráfico de entorpecentes. Apresentei na semana passada um projeto estipulando um prazo para destruição de material entorpecente nas delegacias em todo o estado do Paraná, por que o que acontece hoje? Dias desses apreenderam 280 quilos de maconha. Essa droga está sendo guardada num quartinho numa das delegacias do interior do estado do Paraná e um policial tem que fazer a vigilância, praticamente 24 horas, de todo este material e estudando juntamente com nossos assessores e colaboradores nós chegamos a conclusão de que muitos destes materiais entorpecentes, cocaína, craque, maconha, heroína, lança-perfume, enfim, ficam armazenadas por um, dois, três, cinco ano,

Deputado Accorsi. E existe uma lei, uma lei que prevê a destruição deste material, mas não existe prazo.

Portanto, apresentamos aqui na Assembléia Legislativa um projeto, gostaria de pedir o apoio dos demais Deputados, a assinatura, para que pudesse tramitar com uma certa celeridade para que possamos estipular este prazo para destruição desse material nessas delegacias o mais urgente possível. Muita gente sabe, que infelizmente bandidos acabam ainda recuperando essa droga apreendida destes locais. Portanto é um projeto que visa trazer mais segurança aos nossos cidadãos paranaenses. Outros projetos de outros companheiros aqui da Assembléia Legislativa precisam ser tratados com carinho, porque não esqueçam a criminalidade no estado do Paraná só está aumentando devido ao aumento também de tráfico de drogas e nós precisamos nos preocupar muito com isso! Isso é dever de um político, isso é dever do Poder Legislativo e nós estaremos sempre aqui para defender os interesses dos cidadãos paranaenses!

Muito obrigado, Sr. Presidente, era isso.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária do dia 16/09/08, devido a compromissos assumidos anteriormente na região dos Campos Gerais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 218/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a elaboração de um decreto de isenção de ICMS, sobre a energia elétrica utilizada pelos piscicultores em todo o estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2446, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, justificando sua ausência em plenário nos dias 09 e 10/09/08, em face de compromissos parlamentares agendados em sua região de atuação. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2448, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 17/09/08, por motivo de viagem ao noroeste do estado, acompanhando a Secre-

taria de Obras do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2449, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 18/09/08, (quinta-feira), para logo após o término da presente, e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe que o SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos de cadastro negativo sejam obrigados a retirar o nome do cidadão, após a confirmação do pagamento do débito. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga os hotéis, pensões e albergues a criar e manter cadastro de menores de 18 (dezoito) anos que se hospedarem no estabelecimento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no calendário oficial do estado a Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/08, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 309/08, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do quadro efeito e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme espe-

cifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/08, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 21.589 (vinte e um mil e quinhentos e noventa e oito) militares estaduais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/08, de 19/05/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 209/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 018/08, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 21598 (vinte e um mil e quinhentos e noventa e oito) militares estaduais. (sic)

Na justificativa o autor diz que o 7º Batalhão de Polícia Militar é hodiernamente responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública nos municípios de Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Tuneiras do Oeste, Tapejara, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, Nova Olímpia, Tapira, Maria Helena, Douradina, Ivaté, Icaraíma, Alto Paraíso, Esperança Nova, Xambrê, Pérola, Cafezal do Sul, Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Iporã, Francisco Alves, Altônia e São Jorge do Patrocínio, contando para tal mister com um efetivo previsto de 325 policiais militares.

Somados, os 25 municípios detêm uma área de 12.335,55 Km² e uma população aproximadamente de 264 mil e 786 habitantes, sendo que os municípios componentes da unidade a ser criada (5ª CIPM) correspondem a uma população de aproximadamente 131 mil e 073 habitantes e área de 4.610,99 Km². Esta população gera uma demanda média de 400 ocorrências policiais por mês.

Diz ainda que o município de Umuarama encontra-se em ponto estratégico, vez que sua posição geográfica está próxima à fronteira com o Paraguai e o estado do Mato Grosso do Sul. Apresenta desenvolvimento acelerado em seu comércio, indústria e agropecuária, tornando-se cidade pólo da região, o que corrobora com o aumento emergente da população, que vem ao município em epígrafe em busca de oportunidades de emprego, com isso ocorre também a migração de marginais, causando o conseqüente aumento da criminalidade na região. Acrescente-se, ainda, que Umuarama, hodiernamente, é cidade universitária, vez que possui a sede da Universidade Para-

naense (UNIPAR), bem como extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Faculdade Global de Umuarama (FGU), ampliando a população estudantil.

Não obstante os planejamentos, estudos técnicos de mapeamento delitivo, criatividade e perspicácia em se aplicar de maneira cada vez mais eficiente e racional os recursos humanos disponíveis, fica claro a necessidade de instalação de uma nova OPM na região objetivando melhorar os índices de Segurança Pública através da implementação de ações preventivas e repressivas de combate delitivo.

Laborando por essa senda, o presente projeto tem por escopo criar uma nova Unidade Operacional da Polícia Militar para prestar atendimento ao município de Umuarama e região, de forma a dividir a atual área do 7º Batalhão de Polícia Militar em duas circunscrições territoriais, ficando uma sob a responsabilidade do 7º BPM e a outra ao encargo da nova unidade, a 5ª Companhia Independente de Polícia Militar.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

O pleito governamental encontra supedâneo no inciso I do artigo 66 da Constituição do Estado que reza:

Art. 66. Ressalvados o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Finalmente, já se encontra acostado ao projeto de lei o impacto financeiro em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 209/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo a fixação do efetivo da Polícia Militar no estado.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifesta sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade de mesmo

em face da lei supracitada, visto que há demonstrativo de impacto financeiro anexo à mensagem.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, com sede e foro no município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 096/08, de 18/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 350/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de utilidade pública a Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, com sede e foro no município de Wenceslau Braz, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaté, com sede no município de Ivaté e foro na comarca de Icaraíma. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 104/08, de 27/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 366/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de utili-

dade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaté, com sede no município de Ivaté e foro na comarca de Icaraíma.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Estadual Ernani Vidal, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 106/08, de 01/09/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 372/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Estadual Ernani Vidal - APMF/Ernani Vidal, com sede e foro nesta Capital.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2337, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMENALLI (PMDB) (Pela Ordem)

Queria fazer um pedido de desculpa ao Deputado Marcelo Rangel, porque ele havia me pedido um aparte, mas estava exatamente no minuto final daquela minha fala. Estou dizendo isso porque aqui temos que ter um relacionamento duro de debate político, mas extremamente cordial do ponto de vista pessoal.

Em relação a esse requerimento do Deputado Marcelo Rangel, ele requer aquela questão que, na minha avaliação, já foi bem esclarecida, que havia de fato dois decretos: um da nomeação do ex-Superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina, Eduardo Requião, para que fosse Secretário Especial dos Portos, que na verdade a Casa Civil já esclareceu, eu vi os documentos finais. Aquele Decreto nº 033/08 se refere especificamente à revogação da demissão da servidora Elizabeth. Não vou dar o restante do nome, apenas para preservar a pessoa.

Mas o fato é que esse pedido de informação é dispensável, porque todos sabem, está publicamente divulgado que o ex-Superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina foi nomeado, efetivamente, no caso de Secretário de Estado dos Transportes. É uma pena que, por economia processual, V. Exa. pudesse retirar esse requerimento face a esses esclarecimentos que faço publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Queria parabenizar a atitude do Deputado Romanelli, de praticamente fazer uma *mea culpa*, porque no momento que fizemos o questionamento aqui na Assembleia, quando eu pedi pela ordem, fiz um questionamento me baseando talvez num erro, um equívoco que aconteceu de termos dois decretos. Perguntei à Mesa e perguntei à V. Exa. Naquela ocasião me fizeram uma espécie de repreensão até, como se eu não soubesse o que estava acontecendo. Falei, então vou fazer o pedido por requerimento, através do meio formal. Hoje temos a informação correta que realmente o Governo errou.

Foi isso. Foi um erro técnico. Portanto, não precisa mais do requerimento. Isso tudo poderia ter sido resumido naquele dia que fiz o pedido pela ordem. Vou retirar o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Requerimento nº 2445, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2450, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2374, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Durval Amaral e Cida Borghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Conservei com o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, solicitei a ele que esse requerimento pudesse ser enviado via Liderança do Governo, para que o DETRAN informasse se possui ou não serviços terceirizados. Em havendo que forneça, naturalmente, as informações requeridas.

Eu que não tenho mais feito isso, mas em função do relacionamento que tenho com o Secretário Delazari e o Coronel Pancotti, gostaria de poder encaminhar via Liderança do Governo, e receberia naturalmente, entregaria as informações ao nobre Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Diante da solicitação do Líder do Governo, que se compromete a trazer a esta Casa as informações que tínhamos solicitado através do requerimento, retiramos o requerimento e esperamos que o Deputado Luiz Claudio Romanelli possa nos trazer as informações constantes do mesmo.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra, antecipada do dia 18 (quinta-feira) para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 208, 215, 332 e 347/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/08

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 114

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	24
Presenças	24
Abertura da Sessão	24
Expediente:	

Requerimentos	25
---------------------	----

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final	25
---------------------	----

2ª Discussão	26
--------------------	----

Encerramento da Sessão27

Publicações:

Ata de Comissão

Direitos Humanos e Cidadania ..	27
---------------------------------	----

DIÁRIO Nº 114

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Luiz Nishimori e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezesseis horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Carlos Simões, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri (25).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fábio Camargo, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Milti-

nho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (17).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Ney Leprevost, Plauto Miró, Ribas Carli Filho e Teruo Kato (05).

Em licença as Sras. Deputadas Beti Pavin e Rosane Ferreira e os Srs. Deputados Dr. Batista, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri e Reni Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 18/09/08, quinta-feira, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Peço a atenção da imprensa, por favor: queria que esta entrevista - que não tem nada a ver com a Assembléia - fosse feita fora do recinto da Sessão Plenária.

Por gentileza, não vou permitir. Estamos em Sessão e está atrapalhando. Peço a compreensão da imprensa.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2452**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 17 do mês corrente, por motivo de reunião na condição de Presidente da Comissão de Saúde na Associação de Amigos do Hospital de Clínicas.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17/09/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Leitura do Expediente

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2452, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost na Sessão Plenária do dia 17 do corrente mês, por motivo de reunião na Associação de Amigos do Hospital de Clínicas. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 208/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe que o SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos de cadastro negativo sejam obrigados a retirar o nome do cidadão, após a confirmação do pagamento do débito. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 208/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a Centralização de Banco S/A - SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados, a retirar o nome do cidadão da relação de cadastro negativo, no prazo máximo de 48 horas, após a confirmação do pagamento do débito.

Art. 2º As lojas ou empresas, que não informarem ao órgão de bancos de dados sobre o pagamento da dívida efetuado pelo cliente, deverão pagar multa de 30% (trinta por cento) referente ao valor da dívida.

Parágrafo Único - A multa deverá ser paga ao cliente que não teve seu nome retirado, dentro do prazo, da relação de cadastro negativo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/09/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 215/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga os hotéis, pensões e albergues a criar e manter cadastro de menores de 18 (dezoito) anos que se hospedarem no estabelecimento. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 215/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hotéis, pousadas, pensões, albergues, motéis e estabelecimentos congêneres, localizados no estado do Paraná, ficam obrigados a registrar e manter um cadastro de menores de 18 (dezoito) anos que vierem a hospedar, observada a obrigatoriedade do acompanhamento dos pais ou responsáveis legais, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8069, de 13/07/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Os cadastros de que trata o artigo 1º desta lei deverão ser mantidos nos estabelecimentos por um período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data em que o menor se hospedou nos mesmos.

Art. 3º A ficha de identificação de que trata esta lei, a ser preenchida com base em documento oficial do menor, deverá conter:

- I - o nome completo;
- II - a data de nascimento;
- III - o nome completo dos pais ou do representante legal;
- IV - o nome completo da pessoa que estiver acompanhando o menor; e
- V - a naturalidade do menor.

Parágrafo Único. Na falta de documento de identidade do menor, o fato deverá ser anotado na ficha de identificação, ficando obrigatória a apresentação dos documentos dos pais ou dos acompanhantes no preenchimento da ficha.

Art. 4º A direção dos estabelecimentos informará aos Conselhos Tutelares e autoridades policiais sobre qualquer irregularidade ou suspeita relacionada à prestação das informações exigidas por esta lei.

Art. 5º O descumprimento desta lei importará na aplicação de multa em valor correspondente a 60 (sessenta) UFIRs.

Parágrafo Único. Na hipótese de reincidência, a multa a que se refere o *caput* deste artigo correspondente ao valor de (100) UFIRs.

Art. 6º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/09/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 332/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no Calendário Oficial do Estado a Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 332/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial do Estado a Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil, na segunda semana do mês de outubro.

Art. 2º No período definido no artigo anterior poderão ser realizadas atividades de conscientização para os alunos das escolas do estado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/09/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 347/08, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 309/08, que reajusta os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do quadro efetivo e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovada. (Publ. no DA nº 112/08, de 16/09/08, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/08, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 21.598 (vinte e um mil e quinhentos e noventa e oito) militares estaduais. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero deixar bem claro que vamos encaminhar favorável, que não seremos contra, mesmo porque somos Relator da Comissão de Finanças e relatamos o projeto no dia de ontem para que ele pudesse ser votado ainda antes das eleições. Só dizer que a Polícia Militar do Estado do Paraná, pela atual lei que existe e que será alterada agora, tem previsão de um contingente de 21 mil 342 postos entre Praças e Oficiais. Agora, com a criação da Companhia Independente, lógico que aumenta ao menos em 256 cargos, mas não serão 256 novos postos que serão criados, porque são divididos, sendo que o que vem de Cabo a Major serão preenchidos por pessoas que já constam no quadro da Polícia Militar.

Então, na verdade, cria-se apenas os cargos de Soldado, sendo que os demais cargos precisam criar o cargo para serem preenchidos, mas pela legislação que temos, e é até uma questão de segurança do próprio Governo do Estado, mas não se sabe quantos cargos, efetivamente, estão preenchidos, porque pela lei que temos no estado do Paraná são 21 mil 342 cargos, postos de Praças e Oficiais, e com essa nova lei teríamos 21 mil 598 postos. Mas, segundo informações que temos, existe um déficit de algo em torno de 4 mil homens na Polícia Militar. O que se precisa efetivamente, é que o Governo do Estado faça concurso para preenchimento dos cargos que já existem hoje na Polícia Militar.

O que estamos votando neste momento é a criação de uma Companhia da Polícia Militar Independente, no município de Umuarama, desvinculando dessa forma o município de Umuarama e alguns outros municípios, do batalhão do município de Cruzeiro do Oeste. Ele desvincula, porque à Companhia Independente você dá a ordem direto do Comando da Polícia Militar, porque hoje, em Umuarama, existe uma companhia, mas ela está subordinada a um batalhão e com isso, também, aumenta o efetivo da Polícia Militar - ao menos é o que diz a mensagem - para aquela região de Umuarama.

Mas, por outro lado, o que o Governo precisaria efetivamente fazer é preencher todos os cargos que existem hoje na Polícia Militar, tanto no quadro de Praças como também no quadro de Oficiais. Mas, somos favoráveis ao projeto para que possamos descentralizar exatamente a questão dessa área de Segurança, ou seja, a Polícia Militar de Umuarama desvincula do Batalhão da Polícia Militar de Cruzeiro do Oeste.

Somos favoráveis ao projeto e só faço questão de, como Deputado Líder da Oposição neste momento, deixar registrado que existe um déficit muito grande na Polícia Militar em relação ao efetivo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não quero aqui polemizar. O fato é o seguinte: o projeto é importante justamente para Umuarama e região, inclusive queria requerer já, como não há emendas, a dispensa da votação em redação final para que já possa ir à sanção do Governo para que possa já, de forma direta, se efetivar a implementação dessa nova Companhia Independente da Polícia Militar, que vai atender uma região territorial importante, mais de 260 mil habitantes, que é a região de Umuarama, e que certamente vai estruturar muito melhor ainda o policiamento daquela região.

É uma estrutura nova, importante, e que tem, na verdade, essa Companhia Independente a mesma estrutura quase de um Batalhão da Polícia Militar. É uma estrutura muito grande, importante, e agradeço aqui a compreensão do Líder da Oposição de podermos votar sem emendas, para que possamos enviar ao Palácio das Araucárias para sanção do Governador Requião.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2451, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 350, 366 e 372/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 331, 362, 345 e 364/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Tadeu Veneri e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 336/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e aeroportos, bem como os estabelecimentos bancários de disponibilizarem cadeira de rodas e dá outras providências. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHNER - Presidente
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

